



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2019

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. - Mux Energia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Cenário

A Mux Energia, atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 75 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara -RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 66 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Mux Energia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores, pode ser verificado por meio das premiações que a Concessionária recebeu em 2015, 2016, 2017 e 2018 no Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor), como a melhor Concessionária de Distribuição do Brasil e 1º lugar na categoria Região Sul Sudeste e Centro-Oeste até 30 mil UCs, e também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017 e 2018, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

Geração e Distribuição de Energia Elétrica

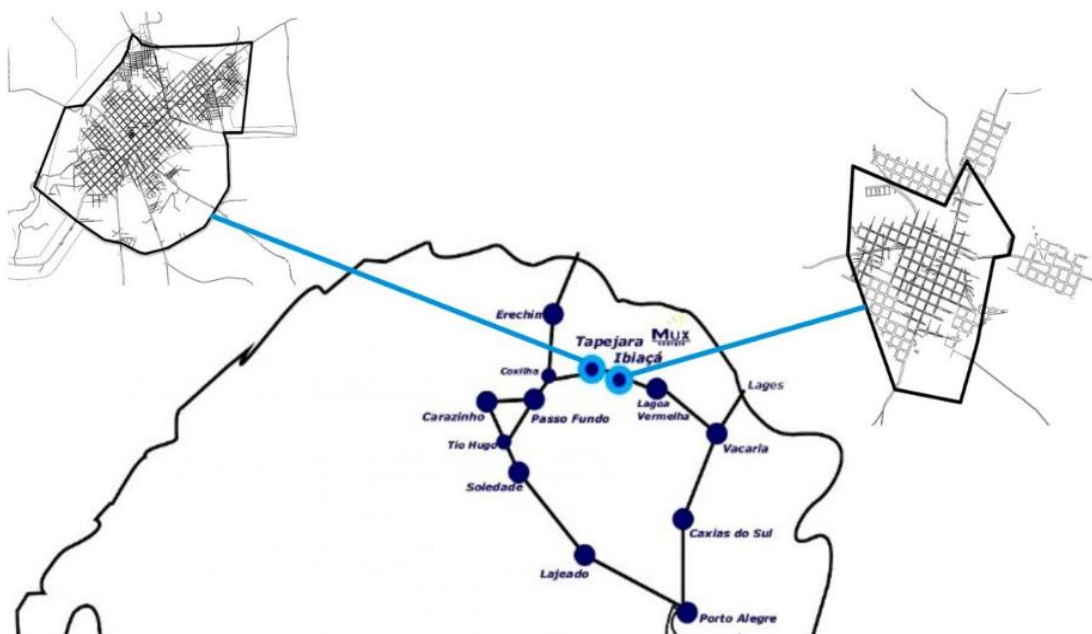
Geração

A Concessionária possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2019 foi de 6,04 MWh.

Distribuição

A Concessionária distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiaçá no Rio Grande do Sul.

Área de Concessão



Número de Consumidores – no ano de 2019 houve um aumento de 253 consumidores, sendo 242 residenciais, 16 comerciais, 02 Poderes Públicos, 01 Serviço Público e uma diminuição de 08 nas demais classes, totalizando 11.847 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 2,18% superior ao de 2018.

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	9.122	9.306	9.528	9.769	10.011
Comercial	1.529	1.572	1.590	1.629	1.645
Industrial	93	87	82	72	69
Rural	24	24	24	21	16
Poderes Públicos	72	81	82	80	82
Iluminação Pública	6	6	6	6	6
Serviço Público	17	16	16	16	17
Consumidor Livre	-	1	1	1	1
Total	10.863	11.093	11.329	11.594	11.847

No quadro a seguir destacamos a variação percentual do número de consumidores faturados em dezembro de 2018 e 2019 por classe de consumidores:

Classe	2019	2018	%
Residencial	10.011	9.769	2,48%
Comercial	1.645	1.629	0,98%
Industrial	69	72	-4,17%
Rural	16	21	-23,81%
Poderes Públicos	82	80	2,50%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	17	16	6,25%
Consumidor Livre	1	1	0,00%
Total	11.847	11.594	2,18%

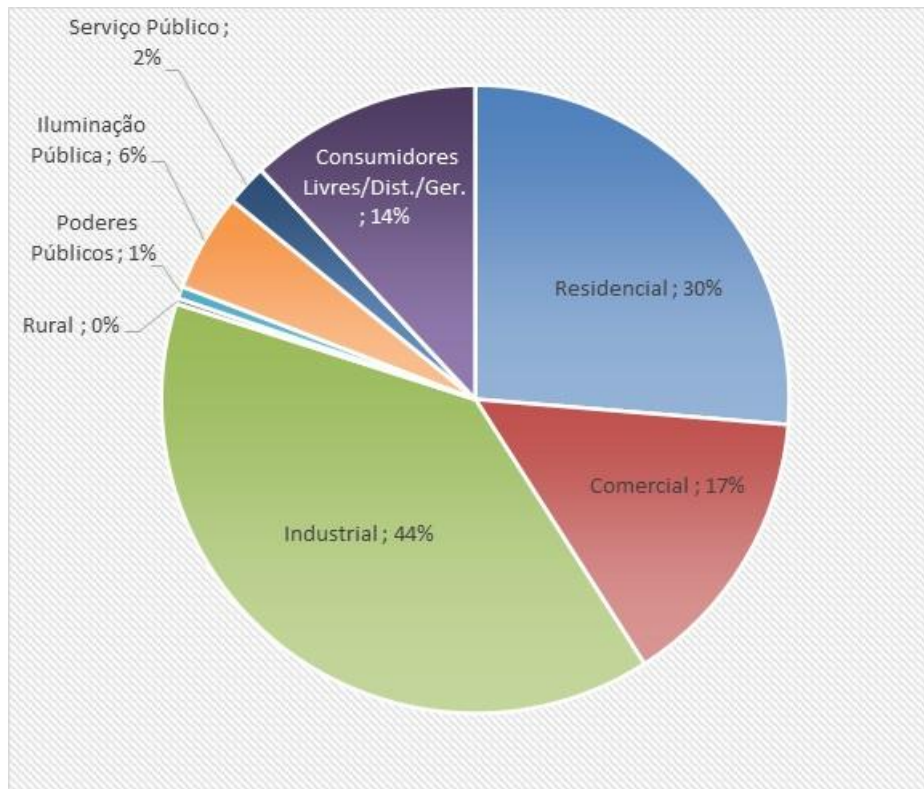
Comportamento do mercado - A distribuição de energia na área de concessão da Concessionária no ano de 2019, foi de 75,169 GWh (69,297 em 2018).

Dentre as classes de consumo, a com maior relevância é a industrial que representa 44% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 90% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico, fabricação de frutas cristalizadas e balas e recebimento de grãos.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

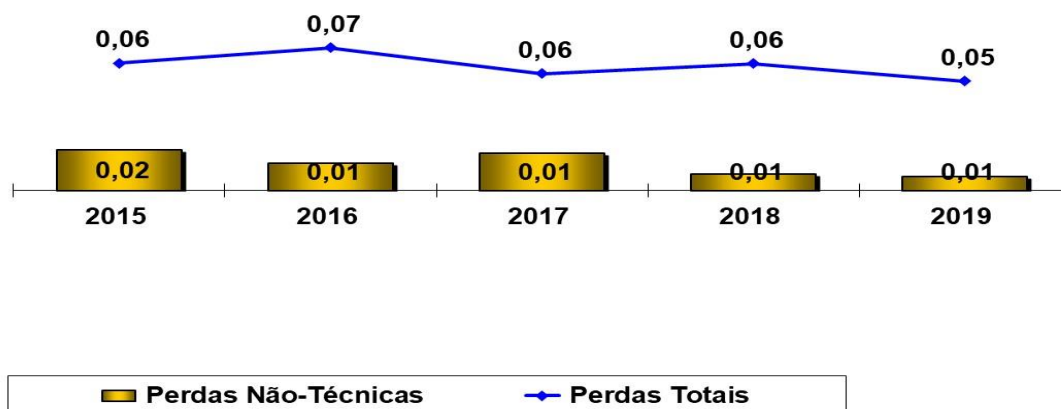
Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Faturada	61,480	61,240	59,030	60,657	66,226
Fornecimento					
Residencial	16,790	17,810	18,230	18,936	19,651
Comercial	10,290	10,460	10,560	10,580	10,954
Industrial	29,290	27,230	24,440	24,789	29,135
Rural	0,080	0,080	0,220	0,241	0,217
Poderes Públicos	0,680	0,790	0,770	0,926	0,893
Iluminação Pública	2,670	3,100	3,240	3,595	3,788
Serviço Público	1,680	1,770	1,570	1,590	1,588
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	2,650	8,330	8,640	8,943
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	2,650	8,330	8,640	8,943
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	61,480	63,890	67,360	69,297	75,169
Variação	-0,89%	3,92%	5,43%	2,88%	8,47%

O gráfico a seguir demonstra o percentual de consumo de energia elétrica por classe de consumo:



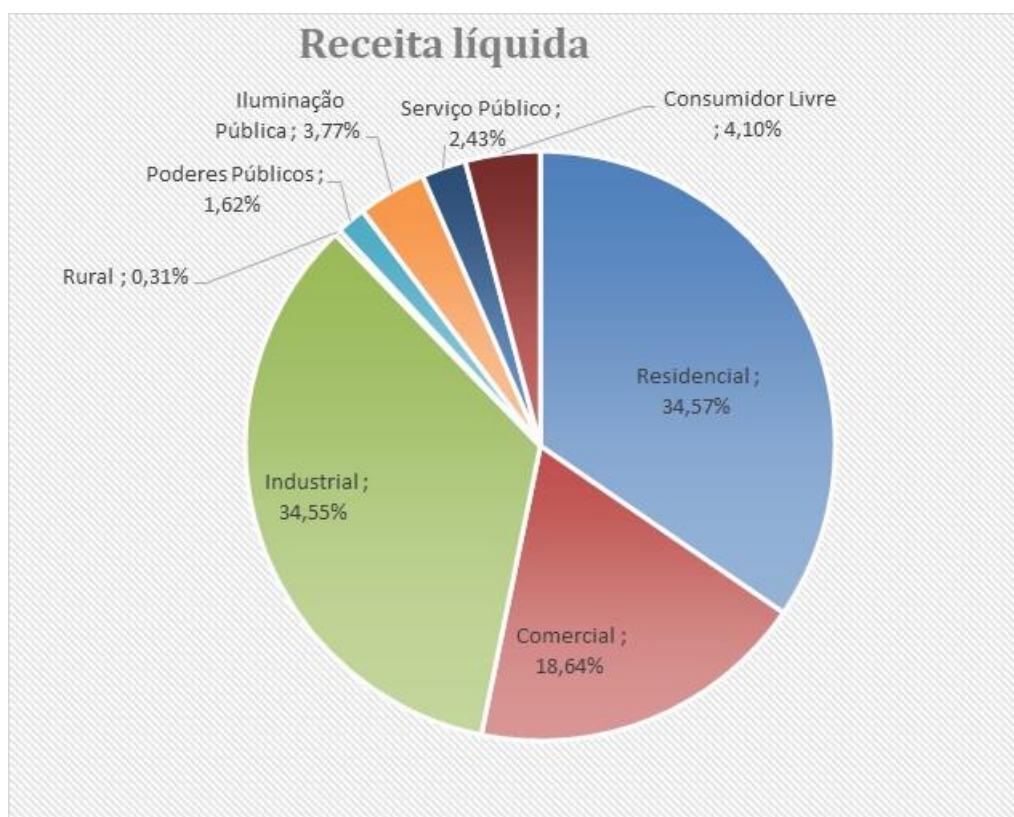
Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	61,48	61,24	59,03	60,67	66,23
- Fornecimento	61,48	61,24	59,03	60,67	66,23
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	2,65	8,33	8,64	8,94
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	61,48	63,89	67,36	69,31	75,17
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	4,00	4,70	4,00	4,49	4,16
Perdas Técnicas	3,00	4,00	3,00	4,04	3,74
Perdas não Técnicas - PNT	1,00	0,70	1,00	0,45	0,42
PNT / Energia Requerida %	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
Perdas Totais - PT	4,00	4,70	4,00	4,49	4,16
PT / Energia Requerida %	0,06	0,07	0,06	0,06	0,05
Total	65,48	68,59	71,36	73,80	79,33
Suprimento	59,00	60,00	64,00	59,12	64,17
Consumidor Livre	-	-	3,00	8,64	8,94
Geração Própria	6,77	6,14	4,00	5,72	6,04
Microgeração	-	-	0,07	0,03	0,20
Total	65,77	66,14	71,07	73,51	79,35

As perdas totais de energia sobre a energia requerida estão representadas no gráfico abaixo.



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 29.337 mil, representando um aumento de 13,20 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, conforme quadro a seguir:

Consumidores	2.019	2.018	Varição%	% Receita por classe 2019
Residencial	10.142	9.407	7,81%	34,57%
Comercial	5.469	5.052	8,25%	18,64%
Industrial	10.135	8.154	24,29%	34,55%
Rural	92	94	-2,47%	0,31%
Poderes Públicos	476	474	0,45%	1,62%
Iluminação Pública	1.105	1.029	7,40%	3,77%
Serviço Público	714	678	5,25%	2,43%
Consumidor Livre	1.204	1.027	17,28%	4,10%
Total	29.337	25.915	13,20%	100,00%



Qualidade do fornecimento - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2019	1,97	2,00	0,67
2018	4,52	3,85	0,76
2017	1,97	3,59	0,73
2016	6,12	4,46	0,72
2015	4,87	5,15	0,75

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.571 de 16 de julho de 2019 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -5,46%, sendo de -4,34%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -6,24%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	515,85	788,46
Comercial	484,22	764,32
Industrial	458,04	650,13
Rural	311,40	512,39
Poderes Públicos	483,29	768,27
Iluminação Pública	291,68	387,96
Serviço Público	449,81	735,62

Desempenho econômico-financeiro - Em 2019, o lucro líquido foi de R\$ 2.491 mil, comparado com o de 2018 R\$ 2.480 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 22.029 mil, e em 2018 ficou em R\$ 21.534.mil.

O EBITDA ou LAJIDA, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 3.009 mil, inferior em 9,17 % comparado a 2018, que foi de R\$ 3.285 mil.



Investimentos - Os investimentos realizados pela empresa em 2019 totalizaram R\$ 1.135 mil sendo que o maior incremento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 1.081 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento.

Investimentos	2019	2018
Obras de Geração	3	35
Obras de Distribuição	1.081	733
Instalações Gerais	51	14
Total dos Investimentos	1.135	782

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AIS Bruto ¹	917	733	861	568	452	422	466	604
Transformador de Distribuição	83	120	288	78	16	45	55	54
Medidor	122	116	136	167	128	103	144	152
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	277	265	297	146	151	144	98	102
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	435	232	140	177	157	130	169	296
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(345)	(165)	(224)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(39)	(165)	(224)	-	-	-	-	-
Outros	(306)	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	(306)	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	(121)	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	(185)	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2019	861	568	452	422	466	604
R\$ Mil	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P	
Plano de Investimentos 2018	538	449	422	389	611	
Diferença	60,0%	26,5%	7,1%	8,5%	-23,7%	

Atendimento	2019	2018	%
Número de Consumidores	11.847	11.594	2,1%
Número de empregados	28	25	10,7%
Número de consumidores por empregado	423	464	-9,6%
Número de localidades atendidas	2	2	0,0%
Número de agências	-	-	0,0%
Número de postos de atendimento	2	2	0,0%
Número de postos de arrecadação	18	18	0,0%
Mercado	2019	2018	
Área de concessão (Km ²)	15,34	15,34	
Geração própria (GWh)	6	6	
Distribuição direta (GWh)	75	69	
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.982	1.938	
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Residencial	515,85	498,81	
Comercial	484,22	477,55	
Industrial	458,04	370,36	
Rural	311,40	391,88	
Suprimento	146,45	146,45	
DEC (horas)	1,97	4,52	
FEC (número de interrupções)	2	3,85	
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	24	24	
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4	5	
Número de reclamações por 10.000 consumidores	2,79	3,26	
Operacionais	2019	2018	%
Número de usinas em operação	1	1	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	199,98	198,94	0,52%
Capacidade instalada (MW)	32,95	32,30	2,00%
Financeiros	2019	2018	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	41.702	40.115	3,81%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	22.029	21.534	2,25%
Margem operacional do serviço líquida (%)	11,31%	11,52%	-1,85%
EBITDA ou LAJIDA	3.009	3.285	-9,17%
Lucro Líquido (R\$ mil)	2.491	2.480	0,44%
Operacionais	2019	2018	%
Lucro líquido por lote de mil quotas	332	331	0,30%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	19.549	19.910	-1,85%
Valor patrimonial do lote de mil quotas	2.607	2.655	-1,85%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,74%	12,46%	2,25%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,00	0,00	
Em moeda nacional (%)			
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3.722,15	3.732,84	
Energia Gerada / Comprada(MWh) por Funcionário:	2.507,25	2.595,12	
Energia Gerada / Comprada(MWh) por Consumidor:	5,93	5,60	

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2019, a Mux Energia creditou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 896 mil (R\$ 878 mil em 2018), de acordo com o artigo 90 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente e moderna, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara - RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelo órgão regulador, a empresa investe constantemente em melhorias na estrutura organizacional para o atendimento as mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela qualidade total - A MUX ENERGIA possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2017 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da MUX ENERGIA em setembro de 2019.

Pelo 4º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio IASC Brasil concessionárias. IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 27.000 pesquisas. Os resultados do IASC são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

Recebeu também pelo 2º ano consecutivo o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

As empresas mais bem avaliadas, em ambos os prêmios, recebem troféu, certificado e selo de qualidade. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 20 de abril de 2020.

A Administração



Rogério Zimmermann Döering
Diretor Presidente
CPF: 467.985.280-15

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais			
ATIVO	Notas	2019	2018
Ativo Circulante		14.924	15.035
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.648	6.551
Consumidores	4	4.522	4.544
Serviços em Curso		99	158
Tributos Compensáveis		468	233
Depósitos Judiciais e Cauções		2	-
Almoxarifado Operacional		179	198
Ativos Financeiros Setoriais	5	1.887	3.081
Despesas Pagas Antecipadamente		27	52
Outros Ativos Circulantes		92	218
Ativo Não Circulante		14.493	14.058
Tributos Compensáveis		82	90
Créditos a Receber		166	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		342	299
Imobilizado	6	13.801	13.576
Intangível		102	93
TOTAL ATIVO		29.417	29.093
PASSIVO			
Passivo Circulante		6.339	5.685
Fornecedores		2.397	2.149
Obrigações Sociais e Trabalhistas		296	307
Tributos		547	800
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		762	746
Encargos Setoriais		418	508
Passivos Financeiros Setoriais	5	1.475	919
Outros Passivos Circulantes		444	256
Passivo Não Circulante		3.529	3.498
Fornecedores		64	-
Tributos Diferidos	7	1.847	2.005
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	8	1.618	1.493
TOTAL DO PASSIVO		9.868	9.183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	19.549	19.910
Capital Social	9.1	7.500	7.500
Outros Resultados Abrangentes	9.2	3.587	3.891
Reservas de Lucros		8.492	8.519
Quotas Próprias em Tesouraria		(30)	-
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.417	29.093

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA

CNPJ: 97.578.090/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2019	2018
Receita / Ingresso	10	41.702	40.116
Fornecimento de Energia Elétrica		43.404	38.738
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.776)	1.311
Serviços Cobráveis		74	67
Tributos		(15.396)	(13.913)
ICMS		(10.986)	(9.827)
PIS-PASEP/COFINS		(4.394)	(4.073)
ISS/IPTU		(16)	(13)
Encargos - Parcela "A"		(4.277)	(4.668)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(111)	(101)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(111)	(108)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(4.023)	(3.992)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(32)	(32)
Outros Encargos		-	(435)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		22.029	21.534
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(16.620)	(15.996)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(10.518)	(10.462)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(5.468)	(4.999)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		(634)	(535)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		5.409	5.539
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(4.466)	(4.133)
Pessoal e Administradores	11	(2.382)	(2.288)
Material		(199)	(145)
Serviço de Terceiros		(623)	(586)
Arrendamentos e Aluguéis		(207)	(194)
Seguros		(15)	(14)
Provisões		(7)	(11)
(-) Recuperação de Despesas		25	26
Tributos		(22)	(18)
Depreciação e Amortização		(675)	(652)
Gastos Diversos		(361)	(251)
Outras Receitas Operacionais		1.453	1.311
Outras Despesas Operacionais		(62)	(83)
Resultado da Atividade		2.334	2.633
Resultado Financeiro		(80)	(137)
Despesas Financeiras		(1.119)	(1.228)
Receitas Financeiras		1.039	1.091
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		2.254	2.496
Imposto de Renda		(471)	(645)
Contribuição Social		(188)	(249)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		896	878
Resultado Líquido do Exercício		2.491	2.480

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA

CNPJ: 97.578.090/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	Notas	2019	2018
Resultado do Exercício		2.491	2.480
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		239	236
Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social		(157)	(80)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício Líquido de Impostos		82	156
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		2.573	2.636

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

MUXFELDT|MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Valores expressos em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Quotas em Tesouraria	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7.500	6.226	7.881	-	-	21.607
Dividendos Pagos	-	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	-	(878)	-	(878)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(330)	-	236	-	(94)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(2.005)	-	-	-	(2.005)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.480	-	2.480
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	1.838	(1.838)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.500	3.891	8.519	-	-	19.910
Dividendos Pagos	-	-	(1.793)	-	-	(1.793)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(154)	154	-	-	-
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	(66)	-	(30)	(96)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(896)	-	(896)
Realização da Reserva de Reavaliação Patrimonial	-	(307)	-	239	-	(68)
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial	-	157	-	(157)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.492	-	2.492
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	1.678	(1.678)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	7.500	3.587	8.492	-	(30)	19.549

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA

CNPJ: 97.578.090/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Valores expressos em milhares de reais	
	2019	2018
Atividades Operacionais	4.719	1.506
Lucro Líquido do Exercício	2.491	2.480
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	682	663
Depreciação/Amortização	675	652
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	11
Variações no ativo	985	(2.018)
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	21	(540)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	57	(92)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(235)	(12)
(Aumento) Redução Alomoxarifado Operacional	16	(40)
(Aumento) Redução Ativos Financeiros Setoriais	1.195	(1.553)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	25	103
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	125	(86)
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(219)	202
Variações no passivo	561	381
Aumento (Redução) Fornecedores	248	227
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	(12)	15
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	(253)	(18)
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	(89)	(328)
Aumento (Redução) Passivos Setoriais	557	364
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	203	35
Aumento (Redução) Passivos não Circulantes	(93)	86
Atividades de Investimento	(903)	(756)
Aquisições do Ativo Imobilizado/Intangível	(1.009)	(1.123)
Baixas líquidas do intangível em serviço	106	202
Contribuição e Doações do Consumidor	-	165
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Atividades de Financiamento	(2.719)	(2.078)
Pagamento de dividendos	(1.793)	(1.200)
Aquisição de quotas próprias	(30)	-
Juros sobre o capital próprio	(896)	(878)
Total dos efeitos no caixa	1.097	(1.328)
Saldo inicial de caixa	6.551	7.879
Saldo final de caixa	7.648	6.551
Varição no caixa	1.097	(1.328)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

01 - Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Concessionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Concessionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Concessionária está autorizada a cobrar

a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

02 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de

1º de janeiro de 2015.

03 - Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 - Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória registrado em 30 de setembro de 2017. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 - Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.3 - Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 - Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 30 de setembro de 2017 com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária de 2017.

3.6 - Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal da atividade da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia

disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

04 - Consumidores

A Composição das Contas a Receber de Clientes está assim representada:

Ativo Circulante

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia	4.205	-	286	8	8	61	(46)	4.522	4.544
- Residencial	1.074	-	210	6	6	27	(32)	1.291	1.317
- Industrial	1.130	-	10	-	-	-	-	1.140	1.087
- Comercial	633	-	54	2	2	11	(13)	689	737
- Rural	8	-	-	-	-	-	-	8	7
- Poderes Públicos	38	-	2	-	-	-	-	40	54
- Iluminação Pública	96	-	-	-	-	-	-	96	98
- Serviço Público	96	-	-	-	-	-	-	96	96
- Serviço Taxado	5	-	3	-	-	1	(1)	8	7
Consumidor Livre	106	-	-	-	-	-	-	106	100
Outros Créditos	14	-	7	-	-	22	-	43	21
- Fornecimento Não Faturado	1.005	-	-	-	-	-	-	1.005	1.020
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.205	-	286	8	8	61	(46)	4.522	4.544

Ativo Não Circulante

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	620	(620)	-	-
- Industrial	-	-	-	-	-	599	(599)	-	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-	21	(21)	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	620	(620)	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

05 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre Revisões e Reajustes Tarifários entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último Reajuste Tarifário Anual e os

desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” inicia logo após o final da vigência da Revisão Tarifária ou Reajuste, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Concessionária transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

• Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	3.081	1.489 [▼]	(2.511)	111	(283)	1.887	1.261	625	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	2.398	821	(1.602)	71	(345)	1.343	764	578	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	19	47	(38)	2	(13)	17	17	-	-	-
Transporte Rede Básica	51	86	(86)	2	4	57	41	15	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	106	145	(153)	5	8	111	92	19	-	-
ESS	38	-	(44)	-	6	-	-	-	-	-
CDE	469	390	(588)	31	57	359	347	13	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.081	1.489	(2.511)	111	(283)	1.887	1.261	625	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(312)	(382) [▼]	446	(32) [▼]	(309)	(589)	(367)	(222) [▼]	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	220	-	-	(272)	(52)	(52)	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	1	-	(2)	(1)	(1)	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	3	-	(7)	(4)	(4)	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	4	-	(4)	-	-	-	-	-
ESS	(243)	(601)	356	(31)	(5)	(524)	(301)	(222)	-	-
CDE	(69)	(1)	82	(1)	(19)	(8)	(9)	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(607)	(703)	423	(24)	(76)	(886)	(368)	(518) [▼]	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(240)	(605)	414	(7)	(76)	(514)	(325)	(189)	-	-
Sobrecontratação de Energia	(51)	-	9	(1)	-	(43)	(43)	-	-	-
Devoluções Tarifárias	(215)	(98)	-	(16)	-	(329)	-	(329)	-	-
Outros	(101)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(919) [▼]	(1.085)	869	(56)	(385)	(1.475)	(735)	(740)	-	-

06 - Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	4.637	-	-	-	3	-	4.640	3	(1.240)	3.400	3.506	-	-	-
Terrenos	621	-	-	-	-	-	621	-	-	621	621	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	1.661	-	-	-	-	-	1.661	-	(451)	1.210	1.244	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	409	-	-	-	-	-	409	-	(154)	255	264	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.935	-	-	-	3	-	1.938	3	(624)	1.314	1.377	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	11	-	-	-	-	-	11	-	(11)	0	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	15.817	-	(264)	(383)	1.019	25	16.213	755	(6.966)	9.247	9.031	2.090	(472)	1.618
Terrenos	1.011	-	-	-	-	-	1.011	-	-	1.011	1.011	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	541	-	-	-	-	-	541	-	(466)	74	88	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	13.765	-	(264)	(383)	861	25	14.004	597	(6.124)	7.880	7.753	2.090	(472)	1.618
Veículos	465	-	-	-	157	-	622	157	(343)	279	176	-	-	-
Móveis e Utensílios	35	-	-	-	1	-	36	1	(33)	3	3	-	-	-
Administração	1.436	-	(6)	-	38	(6)	1.462	32	(906)	555	539	-	-	-
Terrenos	445	-	-	-	-	-	445	-	-	445	445	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	763	-	-	-	-	(6)	763	-	(735)	28	33	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	96	-	(6)	-	16	(6)	100	10	(55)	44	35	-	-	-
Veículos	58	-	-	-	-	-	58	-	(45)	13	21	-	-	-
Móveis e Utensílios	74	-	-	-	22	0	96	22	(71)	25	5	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21.890	-	(270)	(383)	1.060	19	22.315	790	(9.112)	13.202	13.076	2.090	(472)	1.618

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	116	66	-	-	(2)	-	181	64	-	181	116	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	0	-	-	-	-	-	0	-	-	0	0	-	-	-
Outros	116	66	-	-	(2)	-	181	64	-	181	116	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	383	2.077	-	-	(2.042)	-	418	35	-	418	384	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5	893	-	-	(872)	-	26	21	-	26	5	-	-	-
Outros	378	1.184	-	-	(1.170)	-	392	14	-	392	379	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	499	2.143	-	-	(2.044)	-	599	100	-	599	500	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	22.389	2.143	(270)	(383)	(984)	19	22.913	890	(9.112)	13.801	13.576	2.090	(472)	1.618

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço											
Geração	44	-	-	-	-	-	44	-	(44)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	44	-	-	-	-	-	44	✓	(44)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Distribuição	264	13	-	-	-	-	276	13	(189)	88	79
Servidões	50	-	-	-	-	-	50	✓	-	50	50
Softwares	181	-	-	-	-	-	181	✓	(181)	(0)	-
Outros	33	13	-	-	-	-	46	✓	(8)	38	29
Administração	14	✓	✓	✓	✓	✓	14	-	-	14	14
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	14	-	-	-	-	-	14	✓	-	14	14
Comercialização	-	-	-	-	-	✓	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Subtotal	322	13	-	-	-	-	335	13	(234)	102	93
Ativo Intangível em Curso											
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	322	13	-	-	-	-	335	13	(234)	102	93

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	4	-	-	-	-	4
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	518	270	105	-	-	20	913
Veículos	154	2	-	-	-	-	156
Móveis e Utensílios	22	-	-	-	-	-	22
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	64	-	-	-	-	64
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	17	3	-	-	-	-	21
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	711	343	105	-	-	20	1.179

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Geração

Gerador	3,33
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,00
Turbina Hidráulica	2,50

Distribuição

Banco de capacitores	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	7,69
Regulador de tensão	4,35
Religador de tensão	4,00
Transformador de distribuição	4,00

Administração Central

Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia

hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço foram:

Principais adições	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - Instalação de transformadores altamente eficientes com telemedições integrados - (ODS 5481/19)	212
2. Aquisição de um Veículo Bongo UK 2500 HD SC e Cesto Aéreo LA 10000 S GI - (ODI 1833/19)	156
3. Aquisição de um Guindaste para Caminhão Volkswagen Munck - (ODI 2181/19)	114
4. Substituições de postes e condutores de BT e MT - (ODI 6645/19)	40
5. Substituições de TPs e comissionamento de SMF de ponto de fronteira - (ODI 6116/19)	22
6. Ampliação de rede primária para conexão entre dois alimentadores - (ODI 579/19)	26
7. Imobilização de medidores e ramais de ligação - (ODI 6949/19)	17
8. Móveis projetados para o Museu - (ODI 8020/18)	16
9. Imobilização de medidores e ramais de ligação - (ODI 1057/19)	16
10. Substituição de poste com extensão em BT e MT com desativação e nova instalação de IT - (ODI 7248/19)	14

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço foram:

Principais baixas	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Substituições de TPs e comissionamento de SMF de ponto de fronteira - (ODD 6116/19)	32
2. Desativação de Guindaste para Caminhão Volkswagen Munck 13.180 Branco - (ODD 3119/19)	8
3. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 8318/19)	5
4. Substituição de poste e transformador devido poste estar inclinado - (ODD 6408/19)	4
5. Substituições de postes e condutores de BT e MT - (ODD 6645/19)	3
6. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 7597/19)	3
7. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 6375/19)	2
8. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 4797/19)	2
9. Substituição de postes de madeira e condutores de BT - (ODD 1858/19)	2
10. Desativação de medidores e ramais de ligações - (ODD 1057/19)	1

07- Tributos Diferidos

Refere-se ao saldo de IRPJ e CSLL apurados sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 registrada em 30 de setembro de 2017.

A composição dos tributos diferidos está assim representada:

Diferenças Temporárias	2019	2018
Impostos de Renda	1.358	1.474
Contribuição Social	489	531
Total	1.847	2.005

08 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		2.090	-	-	2.090
Participação da União, Estados e Municípios		39	-	-	39
Participação Financeira do Consumidor		1.247	-	-	1.247
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,25%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		498	-	-	498
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		306	-	-	306
Ultrapassagem de demanda		121	-	-	121
Excedente de reativos		185	-	-	185
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(472)	-	-	(472)
Participação da União, Estados e Municípios		(18)	-	-	(18)
Participação Financeira do Consumidor		(335)	-	-	(335)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		(80)	-	-	(80)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		(39)	-	-	(39)
Ultrapassagem de demanda		(15)	-	-	(15)
Excedente de reativos		(24)	-	-	(24)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		1.618	-	-	1.618

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em serviço	1.879	211	-	-	-	2.090	211
Participação da União, Estados e Municípios	39	-	-	-	-	39	✓
Participação Financeira do Consumidor	1.247	-	-	-	-	1.247	✓
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	✓
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	✓
Pesquisa e Desenvolvimento	287	211	-	-	-	498	211
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	✓
Outros	306	-	-	-	-	306	✓
Ultrapassagem de demanda	121	-	-	-	-	121	✓
Excedente de reativos	185	-	-	-	-	185	✓
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	✓
Outros	-	-	-	-	-	-	✓
(-) Amortização Acumulada - AIS	(386)	(86)	-	-	-	(472)	(86)
Participação da União, Estados e Municípios	(16)	(2)	-	-	-	(18)	✓
Participação Financeira do Consumidor	(279)	(56)	-	-	-	(335)	✓
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	✓
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	✓
Pesquisa e Desenvolvimento	(65)	(15)	-	-	-	(80)	✓
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	✓
Outros	(26)	(13)	-	-	-	(39)	(13)
Ultrapassagem de demanda	(10)	(5)	-	-	-	(15)	✓
Excedente de reativos	(16)	(8)	-	-	-	(24)	✓
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	✓
Outros	-	-	-	-	-	-	✓
Em curso	-	-	-	-	-	-	✓
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	✓
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	✓
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	✓
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	✓
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	✓
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	✓
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	✓
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	✓
Outros	-	-	-	-	-	-	✓
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	✓
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	✓
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	✓
Outros	-	-	-	-	-	-	✓
Total	1.493	125	-	-	-	1.618	125

09- Patrimônio Líquido

09.1 - Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 7.500 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

09.2 - Outros Resultados Abrangentes

Contempla a Reserva de Reavaliação referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial relativo à reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL. A reavaliação compulsória foi registrada 30 de setembro de 2017, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária de 2017.

A movimentação ocorrida no exercício está assim representada:

Descrição	Valor
Saldo da Reserva de Reavaliação em 31/12/2018	3.891
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(154)
Realização da Reserva de Reavaliação em 2019	(307)
Efeitos dos Tributos sobre a Realiz. da Reserva em 2019	157
Saldo da Reserva de Reavaliação em 31/12/2019	3.587

10 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2.019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - Faturado	11.846	11.593	57.259	52.013	41.990	37.537
Residencial	10.011	9.769	19.651	18.936	15.494	14.469
Industrial	1.645	72	20.193	16.148	14.691	12.026
Comercial	69	1.629	10.954	10.579	8.373	7.822
Rural	16	21	192	240	109	103
Poder público	82	80	893	925	686	686
Iluminação pública	6	6	3.788	3.595	1.469	1.377
Serviço público	17	16	1.588	1.590	1.168	1.054
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	1	1	8.943	8.640	1.526	1.056
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres	1	1	8.943	8.640	1.526	1.056
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(97)	(98)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(58)	(43)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(39)	(55)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(15)	243
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					(1.525)	1.664
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					100	101
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					(351)	(454)
Serviços Cobráveis					74	67
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	11.847	11.594	66.202	60.653	41.702	40.116

11 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2019	2018
Pessoal	1.919	1.845
Remuneração	1.132	1.073
Encargos	545	551
Previdência privada	48	43
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica E Odontológica	6	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	1	16
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	187	162
Administradores	463	443
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	463	443
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	2.382	2.288

12 - Demonstração do Resultado do Exercício segregado por atividade

Conforme orientação contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, não é compulsória pois a Concessionária detém atividade de geração e distribuição.

13 - Revisão e Reajuste Tarifário

13.1 Revisão Tarifária Periódica

A última Revisão Tarifária Periódica da Concessionária correu em 22 de julho de 2017, e teve seu resultado homologado através da Resolução Homologatória nº 2.270, de 11 de Julho de 2017.

O resultado do processo de Revisão Tarifária Periódica de 2017 apresentou um reposicionamento médio das tarifas a ser percebido pelos consumidores de 5,44%, sendo de 0,43%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 9,11%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

De acordo com o contrato de concessão firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária Periódica da Empresa ocorrerá no dia 22 de julho de 2022.

13.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X.

13.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de

distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre os ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração apurada para a revisão tarifária de 2017.

Remuneração do Capital e Quota de Reintegração

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.191.890
(2) Índice de Aproveitamento Integral	206.455
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.463.738
(4) Bens Totalmente Depreciados	943.739
(5) Base de Remuneração Bruta	9.577.959
(6) Depreciação Acumulada	5.325.893
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	7.865.997
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	206.455
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	7.659.542
(10) Almojarifado em Operação	168.846
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.036.533
(13) Terrenos e Servidões	966.856
(14) Base de Remuneração Líquida Total	6.758.711
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,36%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	417.599
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	53.170
(20) Remuneração do Capital	831.788

13.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.350.505
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.057.727
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	282.061
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.010.717
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	119.081
(6) Anuidade - Veículos	57.585
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	262.658
(8) CAIMI = (5 + 6 + 7)	439.324

13.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, foi definido no 2CRTP mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No último processo de revisão tarifária (2017), este valor foi recalculado, resultando num valor de R\$ -282.389,00 reduzindo o valor da tarifa em -1,18%.

13.6 Resumo da Revisão Tarifária.

Aplicando-se as metodologias definidas nos Módulos 2, 3 e 7 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam do cálculo da revisão tarifária, do reajuste tarifário e da estrutura tarifária das Concessionárias de Distribuição de energia Elétrica, a Revisão Tarifária Periódica da Concessionaria ocorrida em 22/07/2017 é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Verificada (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Variação %	Participação no Revisão %	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3+1.4)	18.516.331	18.069.380	2,47%	-1,87%	77,31%
1.1. Encargos Setoriais	4.195.313	3.732.538	12,40%	-1,94%	15,97%
TFSEE	29.203	31.969	-8,65%	0,01%	0,14%
CDE	3.452.975	3.000.843	15,07%	-1,89%	12,84%
PROINFA	525.868	495.832	6,06%	-0,13%	2,12%
P&D e PEE	187.267	203.894	-8,15%	0,07%	0,87%
1.2. Transmissão	2.682.709	3.813.020	-29,64%	4,74%	16,31%
1.3. Receitas irre recuperáveis	24.259	12.181	99,15%	-0,05%	0,05%
1.4. Compra de Energia	11.614.050	10.511.641	10,49%	-4,62%	44,98%
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4+2.5)	5.347.079	5.301.896	0,85%	-0,19%	22,69%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	4.516.257	4.291.858	5,23%	-0,94%	18,36%
2.2. Remuneração	896.310	868.209	3,24%	-0,12%	3,71%
2.3. Depreciação	338.315	411.168	-17,72%	0,31%	1,76%
2.4. Ultrapassagem de Demanda e Ex	-	(43.998)	-100,00%	-0,18%	-0,19%
2.5. Outras Receitas	(121.414)	(225.341)	-46,12%	-0,44%	-0,96%
2.6. Ajuste de Investimentos 2CRTP	(282.389)	-	-100,00%	1,18%	0,00%
3. Resultado da Revisão Tarifária Peri	23.863.410	23.371.276		-2,06%	100%
4. Componentes Financeiros				-0,35%	
5. Reposicionamento com Financeiros				-2,41%	
6. Financeiros Retirados do IRT anterior				7,84%	
7. Efeito para Consumidor				5,44%	

14 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

ATIVO	Notas	Valores expressos em milhares de reais					
		2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante		14.924	(381)	15.305	15.035	(377)	15.412
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.648	-	7.648	6.551	-	6.551
Consumidores		4.522	-	4.522	4.544	-	4.544
Serviços em Curso		99	-	99	158	-	158
Tributos Compensáveis		468	-	468	233	-	233
Depósitos Judiciais e Cauções		2	-	2	-	-	-
Almoxarifado Operacional	14.1	179	(381)	560	198	(377)	575
Ativos Financeiros Setoriais		1.887	-	1.887	3.081	-	3.081
Despesas Pagas Antecipadamente		27	-	27	52	-	52
Outros Ativos Circulantes		92	-	92	218	-	218
Ativo Não Circulante		14.493	6.990	7.502	14.058	7.168	6.890
Tributos Compensáveis		82	-	82	90	-	90
Créditos a Receber		166	-	166	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes		-	(329)	329	-	(310)	310
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		342	-	342	299	-	299
Imobilizado	14.2	13.801	13.801	-	13.576	13.576	-
Intangível	14.3	102	(6.481)	6.583	93	(6.098)	6.191
		-	-	-	-	-	-
TOTAL ATIVO		29.417	6.609	22.807	29.093	6.791	22.302
PASSIVO							
Passivo Circulante		6.339	-	6.339	5.685	(0)	5.685
Fornecedores		2.397	-	2.397	2.149	(0)	2.149
Obrigações Sociais e Trabalhistas		296	-	296	307	-	307
Tributos		547	-	547	800	-	800
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		762	-	762	746	-	746
Encargos Setoriais		418	-	418	508	-	508
Passivos Financeiros Setoriais		1.475	-	1.475	919	-	919
Outros Passivos Circulantes		444	-	444	256	-	256
Passivo Não Circulante		3.529	3.465	63	3.498	3.498	-
Fornecedores		64	-	63	-	-	-
Tributos Diferidos	14.4	1.847	1.847	-	2.005	2.005	-
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	14.5	1.618	1.618	-	1.493	1.493	-
TOTAL DO PASSIVO		9.868	3.465	6.402	9.183	3.498	5.685
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.549	3.144	16.405	19.910	3.293	16.617
Capital Social		7.500	-	7.500	7.500	-	7.500
Outros Resultados Abrangentes	14.6	3.587	3.587	-	3.891	3.891	-
Reservas de Lucros		8.492	(443)	8.935	8.519	(597)	9.117
Quotas Próprias em Tesouraria		(30)	-	(30)	-	-	-
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.417	6.609	22.807	29.093	6.791	22.302

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA

CNPJ: 97.578.090/0001-34

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Valores expressos em milhares de reais						
	Notas	2019		2018			
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		41.702	1.107	42.809	40.116	-	40.871
Fornecimento de Energia Elétrica		43.404	-	43.404	38.738	-	38.738
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.776)	-	(1.776)	1.311	-	1.311
Serviços Cobráveis		74	-	74	67	-	67
Receita da Construção	14.7	-	1.107	1.107	-	755	755
Tributos		(15.396)	-	(15.396)	(13.913)	-	(13.913)
ICMS		(10.986)	-	(10.986)	(9.827)	-	(9.827)
PIS-PASEP/COFINS		(4.394)	-	(4.394)	(4.073)	-	(4.073)
ISS/IPTU		(16)	-	(16)	(13)	-	(13)
Encargos - Parcela "A"		(4.277)	-	(4.277)	(4.668)	-	(4.668)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(111)	-	(111)	(101)	-	(101)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(111)	-	(111)	(108)	-	(108)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(4.023)	-	(4.023)	(3.992)	-	(3.992)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(32)	-	(32)	(32)	-	(32)
Outros Encargos		-	-	-	(435)	-	(435)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		22.029	1.107	23.136	21.534	-	22.289
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(16.620)	-	(16.620)	(15.996)	-	(15.996)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(10.518)	-	(10.518)	(10.462)	-	(10.462)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(5.468)	-	(5.468)	(4.999)	-	(4.999)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(634)	-	(634)	(535)	-	(535)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		5.409	1.107	6.515	5.539	-	6.293
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(4.466)	(869)	(5.334)	(4.133)	236	(4.652)
Pessoal e Administradores		(2.382)	-	(2.382)	(2.288)	-	(2.288)
Material		(199)	-	(199)	(145)	-	(145)
Serviço de Terceiros		(623)	-	(623)	(586)	-	(586)
Arendamentos e Aluguéis		(207)	-	(207)	(194)	-	(194)
Seguros		(15)	-	(15)	(14)	-	(14)
Provisões		(7)	-	(7)	(11)	-	(11)
(-) Recuperação de Despesas		25	-	25	26	-	26
Tributos		(22)	-	(22)	(18)	-	(18)
Depreciação e Amortização	14.8	(675)	239	(436)	(652)	236	(416)
Gastos Diversos		(361)	-	(361)	(251)	-	(251)
Custo da Construção	14.7	-	(1.107)	(1.107)	-	(755)	(755)
Outras Receitas Operacionais		1.453	-	1.453	1.311	-	1.311
Outras Despesas Operacionais		(62)	-	(62)	(83)	-	(83)
Resultado da Atividade		2.334	239	2.573	2.633	236	2.869
Resultado Financeiro		(80)	-	(80)	(137)	-	(137)
Despesas Financeiras		(1.119)	-	(1.119)	(1.228)	-	(1.228)
Receitas Financeiras		1.039	-	1.039	1.091	-	1.091
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		2.254	239	2.493	2.496	236	2.733
Imposto de Renda	14.4	(471)	(115)	(586)	(645)	-	(645)
Contribuição Social	14.4	(188)	(42)	(230)	(249)	-	(249)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		896	-	896	878	-	878
Resultado Líquido do Exercício	14.9	2.491	82	2.573	2.480	236	2.717

14.1 Almojarifado Operacional

Os ajustes são decorrentes de materiais e equipamentos em estoque utilizado na construção da infraestrutura da concessão, que na contabilidade societária estão classificados no Ativo Circulante – Almojarifado Operacional e na contabilidade regulatória estão registrados no Ativo não Circulante – Imobilizado. Em ambos os casos estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

14.2 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Empresa de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

14.3 Intangível

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Empresa de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

14.4 Tributos Diferidos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária.

14.5 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível, que é apresentado pelo seu valor líquido.

14.6 Outros Resultados Abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária, a qual é registrada pelo seu valor líquido dos efeitos tributários.

14.7 Receita e Custo da Construção


Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotado, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

14.8 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

14.9 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório		
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.573	2.716
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(82)	(236)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(239)	(236)
Tributos Diferidos	157	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>2.491</u>	<u>2.480</u>



Rogério Zimmermann Döering
Diretor Presidente
CPF: 467.985.280-15



Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CRC: RS 55.496-O/8
CPF: 494.609.860-72



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e Quotistas da
Muxfeldt Marin & Cia Ltda
Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir os requisitos e determinações estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Muxfeldt Marin & Cia Ltda elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as diretrizes e disposições previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

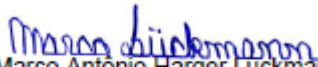
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas



de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 22 de maio de 2020.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Marco Antonio Harger Luckmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR